



Geólogo da Fafeid fala sobre a importância da transposição do Rio São Francisco



Ponte Presidente Dutra sobre o Rio São Francisco, que liga a cidade de Petrolina (PE) à cidade de Juazeiro (BA)



Uma das belas cachoeiras do Rio São Francisco

Muito se tem falado e escrito sobre a transposição de águas do Rio São Francisco para atender a demanda de populações de estados do nordeste brasileiro, especialmente aspectos técnicos, financeiros, ambientais e políticos.

É certo que, rigorosamente, uma grande parte (talvez a maior parte) da popula-

ção brasileira não conheça a realidade do sertão nordestino, onde vivem milhões de brasileiros à mercê de um regime pluviométrico naturalmente irregular e de uma política nacional historicamente perversa.

Qualquer análise profunda dos aspectos técnicos, financeiros e ambientais envolvidos nessa questão é motivo de polê-

micas, ressaltando, sempre, embasamento que evidencia pontos positivos e negativos. A análise política, no entanto, não é passível de disputa quando temos de considerar o sentido de nação, de nacionalidade e, sobretudo, de cidadania...

Leia o artigo completo na página 12, desta edição.



Alunos dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia da Fafeid participam da 5ª Jornada da Cidadania, promovida pelo Rotary Club de Diamantina, nos dias 29 e 30 de abril, no distrito de Extração, no município de Diamantina. Os alunos ministraram palestras sobre Homeopatia, promoveram o auto-exame de mama para prevenção do câncer e realizaram aferição de pressão arterial.

Além da Fafeid, também participaram da Jornada, os alunos do Senac de Diamantina, que ofereceram cortes de cabelo gratuitos aos interessados.

DCE expõe ponto de vista

A respeito da entrevista concedida pelo vice-diretor da Fafeid, professor Fernando Borges Ramos, na última edição deste jornal - publicada na página 16 - sobre as reivindicações apresentadas em passeata pelos alunos da instituição, no dia 08 de março, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Fafeid manifestou o seu ponto de vista. Leia abaixo:

"A passeata do dia 08 de março marcou um momento histórico vivido pelos acadêmicos da Fafeid. Ela foi fruto de muito trabalho e organização dos acadêmicos e foi um ato decidido em Assembléia Geral, quando levamos ao conhecimento de toda comunidade acadêmica as respostas da Direção Geral da Fafeid perante as nossas reivindicações.

Com extrema surpresa, nos deparamos com as declarações do vice-diretor geral da Fafeid, professor Fernando Borges Ramos (Jornal da FAFEID, ano I - nº 5, março de 2005, p. 16), quando ele declara que em nenhum momento, a direção foi informada oficialmente, sobre as nossas reivindicações, visto que na semana anterior à da passeata, dia 08 de março, o então presidente do Diretório Central dos Estudantes, acadêmico Miguel Eduardo Valadares e o acadêmico Cícero Teixeira Silva reuniram-se por um período de mais de duas horas com a professora Mireille São Geraldo dos Santos Souza, diretora geral da Fafeid, e com o professor Fernando, quando a diretoria tomou conhecimento das reivindicações e da postura dos acadêmicos.

Anteriormente à passeata, foi enviado à diretoria, o ofício nº. 01/2005 apontando novamente o problema referente à falta de tratamento da água para consumo humano no *Campus II*, quando obtivemos a resposta oficial da direção sobre o assunto. Ofícios foram encaminhados aos departamentos dos cursos de graduação da Fafeid, Prefeitura Municipal de Diamantina e Polícia Militar, comunicando a esses órgãos os motivos e a data da manifestação. Portanto, a declaração de que a direção se sentiu traída e que não foi informada das reivindicações é incoerente.

É válido lembrar que a passeata foi um meio de informar à comunidade diamantinense e a todos os segmentos da Fafeid sobre os problemas enfrentados por nós, acadêmicos, dentro da instituição, e que tomamos tal medida extrema pela gravidade desses problemas. Além de manifestar a nossa insatisfação perante as respostas dadas pela direção com relação às reivindicações levadas a ela, que aqui reiteramos: falta de tratamento da água do *Campus II*, transporte deficiente, falta de estrutura da biblioteca e a ausência do restaurante para os universitários do *Campus II*.

Embora entendamos que algumas soluções demandem tempo, como por exemplo, a instalação do restaurante no *Campus II*, esperávamos que a instituição adotasse medidas emergenciais a fim de amenizar a falta de estrutura, pois sabemos que a Fafeid possui grande influência política na comunidade e perante os órgãos públicos. E, problemas como o do transporte deficiente, mesmo não sendo competência da Fafeid, seriam mais facilmente resolvidos com a sua intervenção junto a esses órgãos.

É importante lembrar que o direito de se manifestar é assegurado a todos pela Constituição Federal, e que nós, acadêmicos, apenas fizemos uso desses direitos, sem que em nenhum momento, o assunto tenha sido tratado no âmbito pessoal, mas sim institucional, ressaltando que a Fafeid pertence à toda sociedade.

Assim, através de nosso ato, esperamos que, como declarou o professor Fernando, a instituição se torne justa e realmente democrática e que todos possamos nos unir em prol de um mesmo fim, não para nos frustrarmos, mas sim, para nos orgulharmos do nome Fafeid".

(Cícero Teixeira Silva - Presidente do Diretório Central dos Estudantes)

O vice-diretor da Fafeid, professor Fernando Borges Ramos, embora não concorde totalmente com o exposto, respeita a opinião do presidente do DCE, dentro do legítimo princípio democrático do direito de resposta.

Agenda

Faculdades Federais Integradas de Diamantina - Fafeid

- XII Jornada Mineira de Estomatologia
De 02 a 04 de junho de 2005 - Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid)
Informações: Coordenadoria Geral de Pesquisa e Pós-Graduação Fafeid
Fone: (38) 3531-3283 e 3531-1811 ramal: 264
e e-mail: xiiijome@fafeid.edu.br

- 1ª Semana de Prevenção "Profª Drª Mireille São Geraldo dos Santos Souza" - Integração Fafeid e Comunidade

De 16 a 18 de junho de 2005 - Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid)
- IV Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante e II South American Symposium on Diamond Geology

De 04 a 07 de setembro de 2005 - Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid)

Informações: Pedro Angelo Almeida Abreu pelo telefone (38) 3531-1030 e pelo e-mail: simpdia@fafeid.edu.br

Jornal da Fafeid
Publicação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina
Ano I - Nº 6 - Abril/2005
Jornalista Responsável: Léa Sá Fortes
MTb 04.648 - DRT/MG

Diretora-Geral: Profª Drª Mireille São Geraldo dos Santos Souza

Vice-Diretor: Prof. Fernando Borges Ramos

Redação e Edição: Léa Sá Fortes

Revisão: Lucy Oliveira

Conselho Editorial: Fernando Borges Ramos, Maria Madalena Canuto Lemos, Sônia Tângari, Conceição Eunice Canuto e Léa Sá Fortes

Correspondentes: Ailson da Luz André de Araújo, Ana Catarina Perez Dias, Áurea Soares Couto, Delair Moreira da Silva, Dione de Paula, Diva Machado Alves Pereira, Emerson Cotta Bodevan, Evanilson Wagner Costa, Hélvia d'Angelis, Iara Lúcia Rosa Cruz, Karina Zambone Pinto, Lucio Mauro Soares Fraga, Marcelo Mattos Pedreira, Maria de Jesus Gandra de Meira, Marta Gomes da Silva, Melide Torres Leite, Reginaldo Napoleão e Rosângela Borborema Rodrigues.

Diagramação: Léa Sá Fortes

Editoração Gráfica: Gráfica Urgente

Logomarca: Rafael Leite

Tiragem: 1.500 exemplares

Redação e Administração: Assessoria de Comunicação Social - Ascom

Rua da Glória, 187 - Centro

39100-000 Diamantina - MG

Fone: (38) 3531-3080 e 3531-1811 ramal: 263

Fax: (38) 3531-1030

E-mail: ascom@fafeid.edu.br

Assistência Farmacêutica é tema de doutorado

"Assistência farmacêutica como um modelo tecnológico", este foi o título da tese de doutorado defendida pelo professor do deptº de Farmácia da Fafeid, Aílson da Luz André de Araújo, no dia 06 de abril, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, área de concentração em Fármacos e Medicamentos, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo.

Orientado pelo professor Dr. Osvaldo de Freitas, o professor Aílson realizou em seu trabalho uma pesquisa qualitativa sobre a Assistência Farmacêutica em farmácias de unidades de saúde do município de Ribeirão Preto (SP). Partindo-se do referencial teórico de tecnologia em saúde, foram realizadas entrevistas e observações com os profissionais farmacêuticos, procurando-se conhecer as concepções desses atores sobre diversos temas relacionados à Assistência Farmacêutica e também sobre o processo de trabalho na farmácia das unidades.

De acordo com o professor, as concepções dos entrevistados revelaram um trabalho baseado na gestão burocrática, tendo como objeto principal o controle de estoques dos medicamentos. Também foram detectados formação insuficiente na graduação dos profissionais, atualização profissional esporádica e pouco envolvimento com a equipe de saúde. Nos atendimentos observados, verificou-se o predomínio do uso de tecnologias voltadas ao controle quantitativo dos medicamentos e centralidade no atendimento das demandas do modelo curativo.

"Entretanto, alguns elementos emergentes de busca pela valorização profissional e que podem contribuir para uma mudança, também foram revelados pelos participantes como o voluntarismo, a busca pela integração com a equipe de saúde, a percepção do paciente como objeto de trabalho e a formação profissional complementar. Posso afirmar que ao término de toda investigação não se che-



Professor Aílson, o novo doutor do deptº de Farmácia

ga a resultados que já não tivessem sido parcialmente previstos desde o início, mas creio que o principal que se busca num trabalho como esse são explicações que num esforço teórico possam contribuir para a compreensão do quadro que foi observado na pesquisa e apontem para novas possibilidades na relação do usuário de medicamentos com o farmacêutico", concluiu o professor.

Enfermagem tem mais um professor mestre

O deptº de Enfermagem da Fafeid conta, desde o início de abril, com a integração de mais uma professora mestre no seu quadro de docentes: Christiane Motta Araújo, responsável pelas disciplinas Bases Técnicas e Científicas da Assistência de Enfermagem e Saúde do Trabalhador, acaba de concluir seu mestrado em Enfermagem pela UFMG.

A defesa da dissertação intitulada "Combinação do Índice de Massa Corporal e Circunferência da Cintura em Mulheres e seus Fatores Associados" aconteceu no dia 31 de março.

Segundo Christiane, que teve como orientador, o professor Dr. Jorge Gustavo Meléndez, a sua dissertação buscou estabelecer como os fatores sócio-econômicos, de estilo de vida, características reprodutivas e clínicas se relacionam com a combinação de obesidade central e global, em mulheres avaliadas por meio da distribuição terciar do índice de massa corporal e circunferência da cintura.

"O grupo de estudo foi composto



Professora Christiane, a nova mestre da Enfermagem

de uma amostra de 693 mulheres, de 20 a 65 anos, aparentemente saudáveis. Os dados foram coletados no ano de 2000 por meio do projeto de pesquisa "Fatores associados e potenciais determinantes de sobrepeso e obesidade em mulheres residentes na região metropolitana de Belo Horizonte, MG", relatou a professora.

Seu estudo revelou que as mulheres com idade mais avançada, separadas, divorciadas ou viúvas, de mais baixa renda, menor escolaridade, que relataram

menarca com menos de 12 anos, que tiveram dois filhos ou mais, com maior tempo de tabagismo e que possuem história de obesidade materna, tiveram mais chance de adquirir a condição de obesidade global e centralizada em relação às mulheres estudadas que não apresentaram este perfil.

"As variáveis que se mantiveram significantes mesmo depois do ajuste por idade na regressão logística foram: renda, escolaridade, estado civil, menarca, paridade, tabagismo, obesidade nos pais e pressão arterial diastólica. Tais resultados proporcionam maiores condições à elaboração de intervenções e estratégias que se apliquem na prevenção e controle da obesidade em mulheres, principalmente, relacionada às condições de obesidade centralizada e globalizada, que apresentam risco aumentado para doenças crônicas e metabólicas, melhorando a qualidade de vida e evitando o aparecimento de patologias correlatas", concluiu.

CNPq aprova três projetos da Fafeid

A Fafeid, através do Departamento de Pesquisa (Depe), está comemorando os resultados obtidos no Edital Universal do CNPq 019/2004, quando foram aprovados os projetos da casa, nas áreas de Engenharia Agrícola, de Alimentos e Florestal; Medicina Veterinária e Zootecnia e Química. O Depe parabeniza os profes-

sores Enilson de Barros Silva, coordenador do projeto **"Conservação do solo de textura arenosa sobre diferentes sistemas de cultivo na região do Vale do Jequitinhonha"**, no valor de R\$ 28 mil; Iraídes Ferreira Furusho Garcia, coordenadora do projeto **"Qualidade da carne ovina utilizando fontes de áci-**

dos graxos polinsaturados na dieta de cordeiros com variação na proporção volumosa: concentrado", valor R\$ 29,85 mil e Luís Antônio da Silva, coordenador do projeto **"Aplicação de biossensores de DNA na eletroanálise de antibióticos"**, no valor de R\$ 16,67 mil.

Professores da Engenharia Florestal ministram palestras em Congresso Internacional

Os professores do deptº de Engenharia Florestal da Fafeid, Ângelo Márcio Pinto Leite e Gilciano Saraiva Nogueira, participaram como palestrantes, nos dias 28 e 29 de março, em Cuiabá (MT), do Congresso Internacional de Energia Renovável e Créditos de Carbono, organizado pela Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO), Fontes Alternativas de Energia (PTZ) e multinacionais da Holanda. O evento

visou apresentar as novas tecnologias e metodologias de execução e aprovação de projetos de venda de crédito de carbono, dentro do Protocolo de Kyoto, um dos mais ambiciosos tratados ambientais do planeta.

Como palestrantes convidados, os professores apresentaram para um público de aproximadamente 300 profissionais e empresários, as seguintes palestras: *"Potencial de sequestro de carbono pelos sistemas agro-*

florestais" e *"Seqüestro e armazenagem de Carbono em florestas plantadas: aspectos silviculturais"*. Além de divulgação da Fafeid no Estado de Mato Grosso e para o público presente, a participação desses professores no evento foi altamente proveitosa para consolidar parcerias estratégicas para o desenvolvimento de pesquisas futuras, particularmente nas áreas de Silvicultura e Manejo Florestal.

Enfermagem comemora conceito 5 no Enade

O curso de Enfermagem da Fafeid está comemorando o conceito 5 - considerado o conceito máximo - obtido por seus alunos no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (Enade), promovido e realizado pelo MEC, como parte integrante do novo processo de Avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior. Também participaram do Enade, os alunos do curso de Odontologia da Fafeid, que obtiveram conceito 4.

Segundo informações do presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), Hégio Trindade, divulgadas no site do MEC, a qualidade do Enade e a adesão dos alunos são indicadores positivos e representam um avanço sobre o extinto Provão. O presidente do Conaes afirma que o Enade é mais completo, pois integra na avaliação partes específicas do conhecimento com a formação geral do aluno; examina iniciantes e concluintes; e não se esgota em si mesmo, porque

integra um sistema amplo que envolve a avaliação das instituições e dos cursos.

Hégio Trindade informa que o parecer final da Conaes sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) será integrador, por isso considera inadequado hierarquizar as instituições a partir de resultados parciais. Espera-se que com a mudança de cultura da avaliação se perca essa tendência de estabelecer julgamentos apressados que podem confundir a opinião pública. Para ele, os relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) devem ser avaliados com a mesma competência técnica com que foram produzidos.

Trindade rejeita a comparação entre Enade e Provão, dizendo que ela não é legítima, porque são provas diferentes e o grau de complexidade não permite nenhuma comparação consistente. Além disso, ele diz que o Provão não avaliava a formação geral do aluno.

Professor integra Comissão Permanente da Feira do Mercado Velho

Atendendo à solicitação feita pela Secretaria Municipal da Cultura e Turismo de Diamantina, a Fafeid indicou o professor, Reginaldo Napoleão, do deptº de Agronomia, como representante da instituição na Comissão Permanente da Feira Cultural, Artesanal e de Hortifrutigranjeiros do Mercado Velho, de acordo com a Lei Municipal nº 2.873, de 22 de dezembro de 2003.

De acordo com o Artigo 5º da referida Lei, foi criada a Comissão Permanente com a seguinte composição: - um funcionário da Vigilância Sanitária; - um funcionário da área agrária da Prefeitura; - um representante da Fafeid, da Faculdade de Ciências Agrárias; - um funcionário da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, lotado no Mercado Velho.

De acordo com a Lei, compete à Comissão Permanente da Feira Cultural do Mercado Velho avaliar a qualidade dos produtos, prestar orientação técnica aos feirantes, autorizar a entrada de novos produtos e emitir selo de qualidade legitimando a procedência dos mesmos.

Odontologia promove a XII Jornada Mineira de Estomatologia

O deptº de Odontologia da Faculdade de Ciências da Saúde da Fafeid, em parceria com a Sociedade Mineira de Estomatologia (Some), irá realizar no período de 02 a 04 de junho, a XII Jornada Mineira de Estomatologia (XII Jome). Este é um evento oficial da Some, que, a cada ano, acontece em uma cidade diferente. Serão desenvolvidas atividades científicas, na forma de discussão de casos clínicos e trabalhos livres, assim como a realização de um curso sobre "Lesões Cancerizáveis", que será ministrado pelo professor Ricardo Santiago Gómez, diretor da Faculdade de Odontologia da UFMG.

A XII JOME contará com a participação de professores, alunos e profissionais da odontologia de Minas Gerais e de Estados circunvizinhos. Informações adicionais sobre o evento poderão ser obtidas no site: www.fafeid.edu.br e pelo

e-mail: xiihome@fafeid.edu.br, ou pelo telefone: (38)3531-3283.

Prazos para inscrições:

02/05/2005: para participantes que apresentarão casos clínicos e temas livres.

02/06/2005: para participantes que não irão apresentar trabalhos.

Programação da XII JOME

Dia 02/06/2005 - Quinta-feira

08h30 - 09h00: Entrega de Material e Inscrições

09h00 - 12h00: Apresentação de Casos Clínicos

12h00 - 14h00: Intervalo para almoço

14h00 - 16h15: Apresentação de Casos Clínicos

16h15 - 16h30: Intervalo para Café

16h30 - 18h30: Apresentação de Casos Clínicos

20h00: Coquetel

Dia 03/06/2005 - Sexta-feira

09h00 - 10h15: Apresentação de Casos Clínicos

10h15 - 10h30: Intervalo para Café

10h30 - 12h00: Apresentação de Casos Clínicos

12h00 - 14h00: Intervalo para almoço

14h00 - 15h00: Apresentação de Casos Clínicos

15h00 - 17h00: Curso

17h00 - 17h15: Intervalo para Café

17h30 - 18h30: Apresentação de Casos Clínicos

18h30: Assembléia Geral da SOME

21h00: Programação Social

Dia 04/06/05 - Sábado

09h00 - 10h15: Apresentação de Casos Clínicos

10h15 - 10h30: Intervalo para Café

10h30 - 12h00: Apresentação de Casos Clínicos

12h00: Encerramento Oficial do Evento

Projeto "Conhecer Diamantina" realiza oficina sobre a pré-história local

Nossa memória histórica sofre de amnésia! Há vestígios que demonstram que a ocupação humana em Minas Gerais, data de milhares de anos. Entretanto, continua-se estabelecendo ênfase nas jornadas bandeirantes, mesmo possuindo tradições familiares que afirmam que nossas pentavós (índias) foram "pegas a laço".

Todos devem conhecer sobre os fósseis analisados pelo Doutor Peter Lund na região de Lagoa Santa, entretanto, poucos conhecem sobre as pinturas rupestres que estão presentes na região de Diamantina. O homem retrata através da arte suas emoções, fato concreto em todos os tempos. Preciosas pinturas rupestres registram o cotidiano dos nossos ancestrais: animais, caçadas, sexo, partos... Esses registros, geralmente são encontrados em cavernas próximas a fluxos de água (com exceções), o que provavelmente melhoraria as possibilidades de sobrevivência.

Com o objetivo de conhecer essas preciosidades, inclusive para divulgação de sua importância e almejando sua proteção, a próxima ação do Projeto "Conhecer Diamantina" será a oficina: "A Pré-História em Diamantina". Através de sensibilização cultural, poderá inclusive, suscitar o interesse para o desenvolvimento de pesquisas sobre esse tema pouco explorado. É importante questionar: quais os animais presentes nas milenares pinturas rupestres, que estão extintos na região onde foram documentados? É coincidente a localização desses grupos humanos com a área diamantífera, causando o seu aniquilamento?

Logicamente, a natureza sempre foi pródiga em todos os tempos, é preciso usufruir das belezas naturais, lembrando que a terra é o nosso berço comum e que necessita ser preservada. Considerando que alguns pratos da culinária mineira, oriundos dos conhecimentos indígenas são milenares (ora pro-nobis, bro-

to de samambaia, palma do inferno, serralha, couve, mandioca, pinha, panã, curau de milho, mangaba, guabiroba etc.), o roteiro gastronômico irá privilegiar esse aspecto.

Programação

Atividade 1: A Pré História em Diamantina

Data: Maio/2005

Local: Centro de Educação Integrada - CEI

Palestrante: Erildo Antônio Nascimento de Jesus

Atividade 2: Pesquisa de Campo (Visita as Pinturas Rupestres)

Data: Maio/2005

Local: Galheiros - Batatal - Conselheiro Mata

Atividade 3: Visita a Conselheiro Mata

Data: Maio/2005

Local: Sede do Distrito, Cachoeiras e Réplicas de Templos Gregos

Segurança alimentar e a responsabilidade do consumidor

Perigos relacionados com a carne bovina

É amplo o número de espécies de microorganismos que existem na carne bovina, haja vista sua composição de proteínas, glicídios, lipídeos, etc, além do seu elevado teor de umidade e pH adequado ao desenvolvimento microbiano. A contaminação pode ocorrer desde a criação do animal até o processo de abate, através do couro, vísceras, utensílios e do manipulador, o que pode gerar uma contaminação inicial diretamente relacionada à qualidade final do produto.

Pesquisas científicas mostram resultados preocupantes em relação à contaminação das carnes como potenciais fontes de veiculação de enfermidades para o homem. Apesar da situação privilegiada do Brasil nos setores de suinocultura, avicultura, apresentando-se como detentor do maior rebanho bovino comercial do mundo, alguns entraves merecem atenção especial como a questão dos abates clandestinos.

Essa prática é realizada tanto para abate de bovinos como de suínos e ocorre fora das normas legais, em locais chamados popularmente de "frigomatos". As carcaças transportadas, na maioria das vezes, sobre folhas de bananeiras, lonas ou sem qualquer proteção, expostas ao sol e à poeira, acabam, posteriormente, sendo comercializadas também sem critérios sanitários.

Esse procedimento representa grave risco para a saúde da população. **O abate clandestino impede o controle sanitário da carne comercializada, tanto pela ausência de exame adequado da carcaça, que permite identificar possíveis agentes transmissores de doenças para o homem, quanto pela não-observância de normas e procedimentos sanitários durante a manipulação do animal.**

Dados disponíveis na literatura mostram a situação preocupante em todo o país, atingindo elevados percentuais de

abate clandestino como as próprias autoridades federais o declaram, acarretando sérios riscos à saúde pública e danos à indústria de derivados.

Vale ressaltar que as principais causas do abate clandestino estão diretamente ligadas à sonegação de taxas e impostos; ao baixo investimento nas instalações e ao baixo custo de operação; à deficiência da fiscalização (número reduzido de profissionais); à facilidade de colocação do produto no mercado varejista local; necessidade de dar destino aos animais de descarte; à desinformação do consumidor e à falta de punição rígida aos infratores.

As situações mais preocupantes acontecem nas cidades do interior onde o comércio de produtos inspecionados é, na maioria das vezes, inexistente. Criou-se "uma cultura" de que o poder público municipal deve implantar abatedouros municipais, entretanto, nenhuma legislação faz referência a essa responsabilidade. O que existe de fato, e deve ser cobrado, é a responsabilidade do município em inspecionar o comércio local mediante as regras estabelecidas pela legislação específica.

Profissionais da área questionam a eficiência desses abatedouros municipais, pois nem sempre, as prefeituras têm condições de executar as atividades corretamente, resultando na contaminação ambiental pelos dejetos, instalações e equipamentos em situações precárias. Além da dificuldade em se manter um profissional responsável para inspecionar o abate, que deveria ser um médico veterinário. Sem falar ainda, nas situações em que projetos são apresentados para obtenção de verbas, porém, não são executados.

**Anna Christina de Almeida - Doutora em Medicina Veterinária Preventiva e Epidemiologia
Deptº de Nutrição Fafeid**



Legislação

A legislação referente às normas de criação e abate de animais comércio de carnes é ampla, incluindo normas da Food and Agricultural Organization (FAO), do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Código de Defesa do Consumidor e do Código Penal Brasileiro. Ela caracteriza o abate clandestino como crime contra a saúde pública. O que pode ser considerado como um estímulo aos usuários, aos profissionais da área, às entidades, às organizações populares para um trabalho integrado, objetivando o cumprimento das leis de proteção à vida.

Na realidade, é necessário um trabalho conjunto de profissionais da área de saúde para que essa situação preocupante possa ser ao menos amenizada, já que todos possuem o compromisso com a saúde coletiva e são responsáveis pela qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Medidas preventivas ao adquirir carnes

Enquanto o consumidor tiver que conviver com essa situação, algumas atitudes devem ser adotadas no momento da aquisição das carnes. De acordo com as normas legais, a produção e o comércio de carnes devem obedecer a uma série de exigências e o consumidor pode avaliar o cumprimento destas no momento da aquisição.

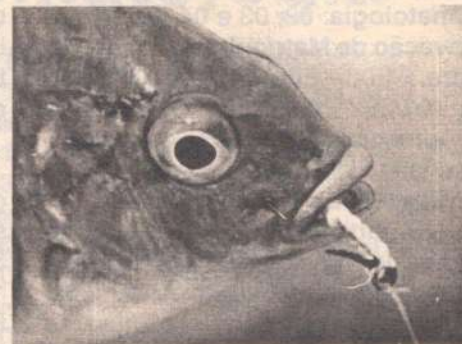
Seguem algumas recomendações:

- Procure açougues que tenham boas condições de higiene. Verifique as paredes, pisos, os balcões e principalmente a luz. Luzes vermelhas nos balcões são ilegais, pois muda a cor da carne fazendo-a parecer mais nova. A carne também pode ser contaminada depois da inspeção, no próprio açougue ou estabelecimento de comercialização; - a carne moída deverá ser consumida somente quando moída na presença do consumidor e se o moedor estiver limpo, pois poderá ser um grande veículo de agentes causadoras de enfermidades; - a carne salgada deve ser proveniente de estabelecimentos que a preparem corretamente, pois o próprio açougue não poderá salgá-la se não tiver autorização para fazê-lo. Cuidado! A carne poderá ter sido salgada após estar deteriorada; - o manipulador deve estar de uniformes limpos, calçados fechados, ter hábitos higiênicos como não fumar, cuspir, tossir, e não apresentar ferimentos nas mãos ou manipular dinheiro; - os carimbos do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) no Estado de Minas Gerais ou do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) mostram que a carne foi aprovada pela fiscalização. Esses carimbos também devem estar nas carnes comercializadas em cortes embalados. Tome cuidado com a carne que não foi fiscalizada, pois pode estar contaminada; - observe a cor da carne. A carne de boi estragada pode apresentar cor esverdeada e forte cheiro de podre. Carne com cor vermelho-vivo também deve ser evitada, pois poderá estar fraudada com a adição de produtos químicos que mudam a cor; - de acordo com a legislação, as carnes devem ser vendidas com a identificação da ori-



gem, etiqueta-lacre, contendo o número do Serviço de Inspeção, nome do frigorífico de origem, data de embalagem e de validade, sexo e tipo de animal, porém esta é uma realidade muito distante para a maioria dos brasileiros; - a pesagem deve ser feita à vista do consumidor; qualquer contrapeso de carne só poderá ser adicionado com o seu consentimento. Pelancas e sebos não podem ultrapassar 10% do total do peso da carne; - carnes pré-embaladas e congeladas, encontradas normalmente em supermercados, devem ser mantidas em balcão ou câmara frigorífica. "Freezer" ou balcão frigorífico fora da temperatura correta, ou quando desligados à noite, formam água no chão; sinal de que os produtos também saíram da sua temperatura ideal e não devem ser adquiridos. Carnes, que contenham em suas embalagens dizeres que devem ser comercializadas resfriadas não podem estar congeladas e vice-versa. Os mesmos cuidados valem para carnes embaladas a vácuo, que deverão ser comercializadas na embalagem original e conservada conforme o indicado, pois com a retirada da embalagem e exposição da carne nos balcões, o prazo de validade e as condições de qualidade poderão ser alterados.

Após a aquisição, os cuidados com o armazenamento do produto, seja refrigeração ou congelamento devem ser observados para evitar que o mesmo venha perder a qualidade. A temperatura para coccionar os produtos deverá alcançar 70°C em toda a peça. A temperatura de manutenção após o preparo também deve ser observada com cuidado e não deverá cair abaixo de 60°C para evitar a multipli-



cação de microorganismos.

Com relação às carnes de outras espécies, são necessários também, cuidados na aquisição, armazenamento e preparo. Seguem algumas dicas com relação à qualidade para a aquisição:

Carne de porco: não compre se notar pequenas bolinhas brancas, conhecidas popularmente como "canjica". Esses focos denunciam a presença de parasitas que causam sérios riscos à saúde. Prefira carnes também inspecionadas e não consuma sem coccionar corretamente.

Peixes: preste atenção na aparência e no cheiro; a carne deve ser firme e resistente à pressão dos dedos, os olhos brilhantes e salientes, guelras vermelhas, e nos que possuem escamas, estas devem estar bem aderidas à pele (que deverá ser úmida e sem viscosidade).

Aves: a carne deve apresentar-se firme, com coloração amarelo-pálida, brilho e cheiro suave. Manchas esverdeadas, azuladas e/ou mau cheiro indicam processo de deterioração.

Embutidos: linguiças, salsichas, mortadela, presunto, salsichão etc., não devem conter líquido na embalagem. Manchas esverdeadas ou produto solto dentro do pacote indicam que houve entrada de ar e, por esta razão, o produto pode estar estragado. Quando esses produtos forem vendidos a granel, exija a comprovação de procedência e o prazo de validade.

Ao adquirir um produto, você tem o direito e o dever de exigir qualidade. O Código de Defesa do Consumidor é uma lei que o protege e faz valer esse direito, devendo sempre ser esta a arma do consumidor, visando a sua segurança alimentar.

Calendário Escolar

A Coordenadoria Geral de Ensino (Cogen) informa que o calendário escolar de 2005 foi alterado. Leia as novas informações: - **XII Jornada Mineira de Estomatologia**: 02, 03 e 04 de junho; - **Renovação de Matrículas para o 2º semestre**: 01/08 – Enfermagem e Odontologia, - 02/08 – Farmácia e Nutrição, - 03/08 – Agronomia e Fisioterapia e 04/08 – Engenharia Florestal e Zootecnia.

Processo de Transferência

A partir deste semestre, além do Processo de Transferência, entram em vigor na Fafeid, os processos de Reopção de Curso e Obtenção de Novo Título. As normas desses processos foram homologadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) em 13 de dezembro de 2004. Mais informações podem ser obtidas na Coordenadoria Geral de Ensino (Cogen) ou pelos telefones:

(38) 3531-1024 e 3531-1811/ramal 244.

Controle Acadêmico

Com o objetivo de otimizar o trabalho do departamento de Registro e Controle Acadêmico da Fafeid, foi contratado o profissional de informática, Breno Lages Lima, que pretende conseguir ainda neste semestre, desenvolver um sistema de entrega e consulta de notas via Internet.

Novos professores

A Fafeid acaba de contratar os seguintes profissionais para complementar seu quadro de professores substitutos: - Soraya de Carvalho Neves, disciplinas - "Introdução à Ciência do Solo e Topografia Geral"; - Taíse Palmeiras de Freitas, disciplinas - "Hematologia Clínica e Citologia Clínica"; - Ana Lúcia Santos de Matos Araújo, disciplinas "Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos, Controle Físico-Químico de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos";

- Gilson Gilbertoni Burgarelli, disciplinas "Micologia Clínica, Bacteriologia Clínica, Controle de Qualidade em Laboratórios de Análises Clínicas"; - Daniel Ferreira da Silva, disciplinas "Extensão Rural, Economia Rural, Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica".

Posse

Tomou posse no dia 22 de abril, na Academia Mineira de Odontologia, ocupando a Cadeira de número 56, o professor da Fafeid, Fernando Borges Ramos, cujo patrono é o acadêmico João Antunes de Oliveira. O evento aconteceu em Belo Horizonte, durante o Congresso Internacional de Odontologia. São também membros da Academia, as professoras da Fafeid, Mirelle São Geraldo dos Santos Souza e Conceição Eunice Canuto, além dos ex-professores, Márcio Gonçalves e Walter José de Carvalho, empossado no mesmo dia, como presidente da Academia pela segunda vez.

CPA apresenta questionário à comunidade externa

A Comissão Própria de Auto-Avaliação Institucional (CPA) da Fafeid está preparando questionários para efetuar os levantamentos de dados quantitativos e qualitativos junto aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da comunidade externa. Esses questionários

estão sendo levados, de várias formas, aos interessados na avaliação institucional e estarão disponíveis também no link da CPA, no site da Fafeid.

Segue abaixo, o questionário de interesse direto da comunidade externa e que pode ser respondido por qualquer

pessoa. Após respondê-lo, o interessado poderá encaminhá-lo pelos correios ao seguinte endereço: CPA - A/C de Pedro Ângelo Almeida Abreu – Rua da Glória, 187 – Centro, Diamantina (MG), CEP: 39100-000.

Questionário para as comunidades externas

1) Você tem conhecimento da missão da Fafeid?

() Sim () Não

Qual deveria ser?

2) Você tem conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Fafeid?

() Sim () Não

Caso a resposta seja positiva, qual o nível de conhecimento?

() Amplo () Mediano () Superficial

3) Você tem conhecimento do Projeto Pedagógico dos cursos da Fafeid?

() Sim () Não

Caso a resposta seja positiva, qual o nível de conhecimento?

() Amplo () Mediano () Superficial

4) Existe integração entre o PDI e o Projeto Pedagógico dos cursos?

() Sim () Não () Não sei

Sugestões:

5) Dê sua opinião quanto ao perfil do profissional a ser formado na Instituição, considerando o Curso e área de atuação.

6) Há coerência entre as ações e práticas reali-

zadas na Instituição e as propostas do PDI?

() Sim () Não

Justifique sua resposta e dê sugestões

7) Há coerência entre as ações e práticas realizadas na Instituição e as propostas dos projetos pedagógicos dos cursos?

() Sim () Não

Justifique sua resposta e dê sugestões

8) Existe coerência entre o Regimento da Instituição e os projetos pedagógicos dos cursos e PDI?

Sugestões:

9) Como implementar o PDI e Projeto Pedagógico dos cursos desta Instituição, de maneira efetiva, na perspectiva da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri? Dê sua opinião:

10) Você tem conhecimento de parcerias, convênios, intercâmbios firmados entre a Fafeid e Instituições dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri?

() Sim () Não

Qual (is)?

11) Você tem conhecimento de parcerias, convênios, intercâmbios firmados entre a Fafeid e Instituições públicas e privadas nacionais ou internacionais?

() Sim () Não

Qual (is)?

12) Em relação aos projetos e parcerias institucionais, sugira uma forma de divulgação que chegue a todos os seguimentos.

13) Indique demandas, deficiências e problemas estruturais existentes nos vales de Jequitinhonha e Mucuri.

a) Sociais b) Econômicas c) Culturais

14) Como a Fafeid tem respondido as demandas existentes nos vales de Jequitinhonha e Mucuri?

a) Sociais b) Econômicas c) Culturais

15) Como a Fafeid pode responder as demandas existentes nos vales de Jequitinhonha e Mucuri?

a) Sociais b) Econômicas c) Culturais

16) Indique as potencialidades existentes nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, considerando os aspectos:

a) Sociais b) Econômicas c) Culturais (memória cultural, patrimônio histórico, produção artística e manifestações culturais)

17) Como a Fafeid poderá maximizar essas potencialidades? Dê sua opinião.

18) Você conhece ações da Fafeid que contribuem para o desenvolvimento sustentável dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri? (colocar exemplos?)

() Sim () Não

Especifique

19) Como deveriam ser divulgadas as ações institucionais que contribuem para o desenvolvimento sustentável dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri? Dê sua opinião.

20) No espaço abaixo manifeste sua opinião sobre temas relativos à sua região, à Universidade e à avaliação institucional.

Projeto avalia condições de produção dos alimentos da região de Diamantina

A Fafeid, em parceria com a Coordenação de Vigilância Sanitária da Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde de Diamantina/Secretaria de Estado de Saúde, Emater e Cáritas Arquidiocesana de Diamantina, está desenvolvendo o projeto de extensão intitulado, "Agregação de valores a alimentos artesanais produzidos no Alto Jequitinhonha", com recursos financeiros aprovados pelo MEC, através do edital "Programa de Apoio à Extensão Universi-

tária Voltado Às Políticas Públicas" (PROEXT 2004 – SESu/MEC). O projeto é coordenado pela professora do deptº de Nutrição, Anna Christina de Almeida.

A coordenadora informou que o objetivo deste projeto é avaliar as condições de produção dos alimentos, suas características nutricionais e sanitárias, e propor alternativas para melhoria na qualidade, agregando valores e aumentando assim, o poder competitivo desses produtos, o que poderá gerar desenvolvimen-

to e divisas econômicas para a região.

"As atividades já estão sendo desenvolvidas por professores e alunos dos departamentos de Nutrição, Zootecnia e Ciências Básicas da Saúde, nas cidades de Diamantina (São João da Chapada), Serro, São Gonçalo do Rio das Pedras, Santo Antonio do Itambé e Capelinha, envolvendo os alimentos queijo, rapadura, farinha de mandioca e doces de frutas e de leite", concluiu a professora.

Fafeid capacita cuidadores de idosos

Uma parceria entre o grupo Caritas Arquidiocesana de Diamantina e as Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid), através da Coordenadoria Geral de Extensão (Coogex), iniciou no dia 1º de abril, o Módulo I do programa Capacitação de Cuidadores de Idosos na Arquidiocese de Diamantina, composta por 34 municípios, com o objetivo de capacitar multiplicadores de saúde.

A capacitação foi até o dia 03 de abril, para os representantes das cidades de Curvelo, Pirapora e Corinto. Nos dias 15, 16 e 17 de abril, estiveram em Diamantina, os representantes das cida-

des de Serro, Itamarandiba e Diamantina. Foram capacitadas 60 pessoas e a Fafeid contou com 15 professores e 10 alunos de todos os cursos de graduação da Faculdade de Ciências da Saúde (Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição e Odontologia) para trabalhar os seguintes temas: "O envelhecimento da população e as políticas públicas no Brasil"; O perfil do cuidador e atividades desenvolvidas"; "Alterações no processo de envelhecimento e o papel da boa nutrição na construção de uma velhice saudável"; "Avaliação nutricional de idosos e alimentação adequada às doenças comuns neste grupo"; "Cuidados higiênicos com alimentos"

e "Preparo de alimentos e dietas modificadas".

Os recursos financeiros para a execução desse projeto foram aprovados pelo Fundo Nacional de Solidariedade/Caritas Brasileira e serão provenientes da Campanha da Fraternidade de 2003, que teve como tema "Fraternidade e as Pessoas Idosas: Vida, Dignidade e Esperança".

Nessa capacitação que terá continuidade no mês de maio com o Módulo II, serão contempladas seis regiões, representantes de interesses comuns de paróquias consideradas próximas geograficamente.

Professora da Enfermagem aceita convite do Colegiado de Saúde Mental

No último dia 15 de abril, a professora do curso de Enfermagem da Fafeid, Amanda M. dos S. Reinaldo, responsável pela disciplina Enfermagem em Saúde Mental, participou da reunião do Colegiado de Saúde Mental do Alto e Médio Jequitinhonha, onde atua como representante da Fafeid.

A reunião foi realizada em Minas Novas com o objetivo de eleger a nova diretoria do Colegiado, que convidou a professora Amanda para participar do Con-

selho Consultor do Colegiado, por ser pesquisadora na área de Saúde Mental Comunitária. "Acredito também que o convite se deve aos vários projetos que desenvolvi nesta área nos últimos anos", afirmou a professora.

Para a professora Amanda, o Colegiado de Saúde Mental do Alto e Médio Jequitinhonha tem sido uma importante iniciativa dos trabalhadores e usuários de saúde mental dessa região, não só para melhor organização das ações

políticas destinadas à área, como também para o aperfeiçoamento e capacitação dos profissionais de saúde no cuidado destinado à essa clientela.

Também participaram da reunião, secretários municipais de saúde, cuidadores de pessoas em sofrimento mental de vários municípios do Vale do Jequitinhonha, coordenadores e representantes dos Centros de Atenção Psicossocial de Araçuaí, Minas Novas e Diamantina.

Anvisa propõe venda fracionada de medicamentos

Proposta da Anvisa poderá reduzir o índice de automedicação indevida

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou no último dia três de março, uma proposta de resolução a ser discutida pela sociedade, através de consulta pública, que regulamenta a venda fracionada de medicamentos pelas farmácias. Essa regulamentação foi prevista pelo decreto presidencial nº 5.348/2005, que alterou a Lei Sanitária sobre farmácias e criou a possibilidade da venda fracionada. Em que consiste exatamente tal proposta e que ganhos ela pode trazer?

Para falar sobre isso, o professor do deptº de Farmácia-Bioquímica, Ailson da Luz André de Araújo, que é doutor em Fármacos e Medicamentos e responsável pela disciplina Farmacocinética e Tecnologia Farmacêutica, foi entrevistado pelo Jomal da Fafeid. Segundo o professor, a proposta prevê basicamente, que o usuário de medicamentos possa adquirir na farmácia, a quantidade necessária ao tempo de tratamento da doença, independente de sua apresentação.

"Suponhamos que uma pessoa precise tomar um antibiótico na forma de comprimidos por cinco dias, em duas tomadas diárias e que este suposto antibiótico, em sua apresentação tradicional, seja vendido em caixas com 20 unidades. Neste caso, ela poderia comprar somente o necessário ao seu tratamento, ou seja, 10 comprimidos, evitando assim, guardar as sobras em casa sem necessidade", explica.

Há, entretanto, alguns aspectos relevantes que constam no texto, ainda em discussão pública (disponível no site www.anvisa.gov.br) e que devem ser melhor esclarecidos: - o fracionamento em questão será privativo de farmácias (legalmente definidas como estabelecimentos que além da venda de medicamentos industrializados executam a manipulação de fórmulas) e deverá ser realizado em área específica do estabelecimento; - a embalagem primária (aquela que está em contato direto com as substâncias que compõem o medicamento) não deve ser violada. Isso significa que apenas as formas tipo ampolas, comprimidos, drágeas, supositórios e óvulos poderão ser comercializados desse modo; - somente o farmacêutico poderá efetuar o fracionamento, o qual deverá ser exclusivamente para atendimento de uma prescrição médica, ou seja há necessidade

de uma receita para a compra; - o produto fracionado deverá ser embalado de forma secundária em envelope ou caixa, na qual constem todas as informações sobre o produto, além da assinatura do farmacêutico e outras informações sobre o profissional; - não poderão ser vendidos na mesma receita de modo fracionado, medicamentos de lotes ou fabricantes diferentes; - além de uma série de outras exigências no aspecto técnico, uma das principais vantagens da proposta para o usuário de medicamentos será a possibilidade de melhor racionalizar o tempo de uso do produto, desde que seja devidamente informado dessa possibilidade pelos profissionais de saúde.

A própria Anvisa divulgou uma pesquisa realizada por meio do departamento de Ouvidoria do Ministério da Saúde, que indicou que 86% da população brasileira apóiam a venda fracionada de medicamentos. O estudo foi realizado em 276 municípios das cinco regiões do país. Dos 1.406 entrevistados, apenas 14% afirmaram ser contra a medida.

De acordo com o professor Ailson, além do viés econômico, nesse caso específico, da diminuição dos gastos com medicamentos, que muitas vezes excedem a necessidade e a possibilidade do brasileiro, vislumbra-se em tais medidas uma forma muito efetiva de proteção à saúde pública.

Medicamentos saem de circulação

Isso tudo está acontecendo num setor de medicamentos que recentemente presenciou a retirada do mercado dos antiinflamatórios inibidores seletivos das cicloxigenases do tipo 2 (COX-2), como o Vioxx®, que apresentaram problemas de reações adversas graves em diversos países, os quais já haviam decidido pela suspensão da venda e uso.

"Nesta linha de abordagem, vejo no fracionamento uma possibilidade de diminuição dos casos de utilização indevida de medicamentos por iniciativa própria ou por influência de conhecidos, prática conhecida como automedicação irresponsável, que tem como principais causas, o armazenamento desnecessário de sobras de medicamentos no domicílio", afirma Ailson.

A automedicação irresponsável,

somada à prescrição errônea de medicamentos, podem ter como consequência efeitos indesejáveis, doenças iatrogênicas (decorrentes de erros médicos) e mascaramento dos sinais e sintomas de doenças evolutivas. Certamente que o grau de informação do usuário, além da qualidade dos medicamentos oferecidos ao público, também contribuem para o nível de risco associado a esse problema.

No Brasil, um estudo mais amplo sobre a automedicação, publicado em 1997, com medicamentos procurados em farmácias sem receita médica ou sob indicação de balconistas demonstrou que 53% dos produtos eram de valor intrínseco não elevado para saúde (ou seja, inúteis ou paliativos), 71% eram não essenciais e 40% baseavam-se em prescrições médicas anteriores.

A proposta da Anvisa reflete no Brasil, um processo que já vem ocorrendo há anos em outros países, no sentido de que o setor farmacêutico, incluídas as farmácias e drogarias, preste um serviço muito mais relevante para o ser humano, além de simplesmente vender produtos de forma irracional e nem sempre com a garantia de uma qualidade idônea.

Uma exigência que deve ser feita pela sociedade é que os estabelecimentos realmente cumpram uma função social no que diz respeito ao atendimento qualificado ao paciente. Que haja uma efetiva prestação de serviço, que resulte em melhorias para saúde de quem ali procura ajuda e não as práticas já conhecidas de vendas desnecessárias e propaganda enganosa, sem qualquer preocupação com as consequências para a saúde pública.

"Neste rol, inclui tanto os estabelecimentos comerciais quanto os públicos, visto que a maioria das farmácias de unidades de saúde em nosso país funciona de forma precária e sem a assistência de um profissional legalmente habilitado para atender de forma digna os usuários do SUS. Espero que mais iniciativas como essas frutifiquem e tragam novas expectativas para a sociedade, a fim de rever o papel do estabelecimento farmacêutico como um prestador de serviços relevantes para todos, priorizando o acolhimento e a efetiva integração às políticas de saúde".

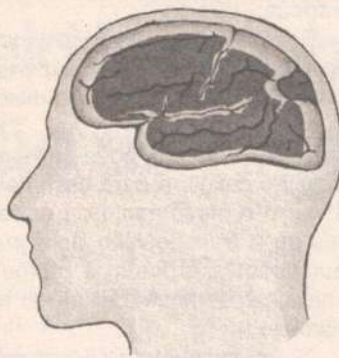
O desenvolvimento do cérebro e do comportamento

O desenvolvimento dos seres humanos atravessa estágios diversos desde a fertilização até o final da vida. Ao iniciarmos a vida, como óvulo fertilizado, desenvolvemos um corpo com sistema nervoso. Sendo este último o responsável pela integração de todos os estímulos que recebemos, sua análise e posterior resposta. As exigências comportamentais sobre o cérebro de um recém-nascido incluem ações relativamente simples, como procurar e reconhecer um mamilo para se alimentar e sinalizar fome ou desconforto aos cuidadores. Mas logo o bebê passa por uma transformação enorme. O cérebro da criança torna-se capaz de controlar vários comportamentos novos como engatinhar e, mais tarde, andar, ingerir alimentos sólidos, usar instrumentos e aprender um (ou vários) idiomas.

Em idade escolar, o cérebro da criança torna-se capaz de formular idéias complexas, resolver problemas e se lembrar de uma grande quantidade de informações. À medida que o cérebro adulto começa a envelhecer, algumas células são perdidas, outras começam a crescer e novas redes neurais são formadas. O desenvolvimento cerebral, portanto, é um processo contínuo fundamental ao nosso funcionamento. Essas alterações no cérebro possibilitam a adaptação ao ambiente durante nosso ciclo de vida. Podemos creditar, em parte, essas alterações, à nossa capacidade evolutiva, fundamental ao nosso domínio no planeta terra.

Cérebro e comportamento

Durante o desenvolvimento humano acontecem alterações tanto no cérebro como no comportamento. Os cientistas acreditam que essas duas linhas de desenvolvimento estão estreitamente relacionadas. À medida que o cérebro se desenvolve, os neurônios



ficam conectados de modo cada vez mais complexo e por sua vez, suportam uma crescente complexidade comportamental.

A relação entre o desenvolvimento cerebral e comportamental pode ser vista de três formas básicas. Primeiro, podemos observar o desenvolvimento estrutural do sistema nervoso e correlacioná-lo ao surgimento de determinados comportamentos. Por exemplo, podemos vincular o desenvolvimento de determinadas estruturas cerebrais com o desenvolvimento da habilidade de engatinhar dos bebês. Como o cérebro humano continua com um bom desenvolvimento na adolescência, não devemos nos surpreender com o fato de algumas habilidades comportamentais aparecerem ao final dessa fase. Um bom exemplo de desenvolvimento relacionado ao comportamento é a capacidade de entender as nuances da interação social, que é uma função dos lobos frontais (regiões do cérebro).

As crianças não possuem capacidade de interpretar o que uma determinada interação social significa. Isso acontece porque as estruturas cerebrais que desempenham esse papel demoram a amadurecer. Dessa maneira, as crianças cometem diversas gafes sociais e muitas vezes são incapazes de compreender todas as nuances que uma

situação social pode envolver. Assim, o conceito difundido de que as crianças são adultos em "miniaturas" e precisam somente aprender "regras sociais" de comportamento é totalmente equivocado.

A segunda forma de examinar a relação entre os desenvolvimentos cerebral e comportamental é fazer uma inversão na seqüência de observação. Exemplificando: à medida em que a linguagem se manifesta em crianças novas, espera-se encontrar alterações correspondentes nas estruturas neurais que controlam a linguagem. E isso é o que acontece. Ao nascermos não temos a habilidade da fala e nem mesmo com intenso tratamento fonoaudiológico, poderíamos desenvolvê-la. Isso porque não temos as estruturas cerebrais desenvolvidas para tal.

A terceira forma de estudar a relação acima mencionada é identificar e estudar fatores que influenciam os dois. Dessa forma, o mero surgimento de uma estrutura cerebral totalmente desenvolvida não é suficiente para explicar novos comportamentos. Alguns dos acontecimentos que influenciam as funções cerebrais são as experiências sensoriais, as lesões e as ações de hormônios e genes anormais. Dessa maneira, podemos deduzir que como a anormalidade comportamental observada resulta do funcionamento anormal da estrutura cerebral, essa estrutura normalmente deve ter algum papel no controle do comportamento.

Resumindo, a idéia elaborada e difundida pelo filósofo romano, Sêneca, há mais de dois mil anos, que os embriões são homúnculos, não sobreviveu ao desenvolvimento da neurociência.

**Professor Helton Reis - Doutor em Neurofarmacologia
Deptº de Farmácia – Fafeid**

Errata

Diferentemente do que foi publicado na página 15 da última edição deste jornal, a professora Marise de Oliveira não pertence ao deptº de Ciências Básicas da Saúde, mas sim, ao deptº de Odontologia.

Transposição de Cidadania

...Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o clima do nordeste brasileiro é semi-árido (na realidade o clima é semi-árido desde o fim da última era glacial, há cerca de oito mil anos) e assim fica implícito que a região sempre sofreu de deficiência hídrica.

Tratando a questão da água sob o ponto de vista social e de economia global, não podemos esquecer que se trata de um recurso natural indispensável à vida humana e sua escassez compromete a vida sócio-econômica dos indivíduos.

O maior desafio da civilização no século XXI será a gestão das águas e sua relação com a produção de alimentos. As águas subterrâneas da China, Índia e Estados Unidos estão diminuindo substancialmente (até 1,5 metros/ano) e esses países juntos produzem metade dos alimentos consumidos no mundo.

Projeções realistas estimam que a carência de água que atingiu 467 milhões de habitantes no mundo, em 1995, alcançará mais de três bilhões em 2025, considerando o déficit anual de 160 bilhões de toneladas entre a água bombeada e a recarga natural dos aquíferos, o que representará, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de um terço dos países do mundo com escassez permanente de água, com perspectivas, inclusive, de que metade dos conflitos gerados até o fim do século sejam para a obtenção de água.

Nesse contexto, analistas políticos e econômicos vislumbram que a competição por água terá como palco o mercado internacional de grãos e de outros alimentos, quando os países financeiramente mais fortes não serão aqueles com maior poderio militar e sim os que detiverem uma grande produção de grãos e para isto precisarão dispor de água para essa produção.

O Brasil detém quase 20% de toda a água doce do planeta quando incluído os mananciais subterrâneos. Considerando apenas a água doce superficial da Terra, 8% encontram-se em território brasileiro, sendo que a maior parte (cerca de 80%) está localizada na região da Bacia Amazônica. Os 20% restantes estão distribuídos desigualmente pelo país, atendendo a 95% da população.

A deficiência hídrica do nordeste brasileiro não recai apenas na adversidade determinada pelo seu clima semi-árido, que é marcado por períodos sazonais e ciclos anuais episódicos de baixíssimas taxas pluviométricas, mas também nas ca-

racterísticas das rochas predominantes na região, ou seja, rochas cristalinas que inibem ou dificultam a acumulação de águas subterrâneas.

Esse quadro determina uma rede de drenagem dominada amplamente por fluxos intermitentes e de vazões relacionadas exclusivamente às taxas pluviométricas. Portanto, pode-se visualizar como solução definitiva para essa deficiência hídrica, o represamento de águas superficiais ou a transposição de águas de rios caudalosos que fluem à margem da região para bacias hidrográficas do território nordestino.

O represamento de águas superficiais implicaria na necessidade de construção de muitas centenas de reservatórios de médio e grande porte, que, a despeito dos faraônicos investimentos de recursos, provocaria impactos ambientais inimagináveis. Ademais, determinaria a inundação de grandes parcelas de terras nobres, ou seja, agricultáveis e habitadas, e provocaria a remoção de centenas de milhares de cidadãos de suas propriedades e cidades. A transposição de águas de outras bacias hidrográficas tem também seu preço pecuniário e ambiental, mas no conjunto, um e outro, serão efetivamente menor do que nesse caso.

Não se trata de nenhum apelo emotivo afirmar que o grave problema da superpopulação de favelas (e suas nefastas consequências) nos grandes centros urbanos é decorrência, em grande parte, do êxodo de nordestinos que fugiram e fogem da seca e de toda ordem de precariedades impostas àquela região. Não se trata também de nenhum exagero afirmar que os investimentos financeiros paliativos efetuados nos momentos críticos de seca ao longo dos últimos dois séculos seriam suficientes para resolver, definitivamente, de uma forma ou de outra, a problemática da deficiência hídrica da região.

Naturalmente, a transposição de águas, em si, não promoverá a redenção da população do sertão, ora escravizada por precariedades que brotam do analfabetismo e se fortalecem nas condições sanitárias e de outras deficiências de infra-estrutura como transporte e moradia e sem mencionar o lazer que é fabricado apenas com o repente da viola e com os gracejos que têm como fundo hilariante a sua própria sorte.

A perenização de bacias hidrográficas do nordeste brasileiro implicará em investimentos ainda maiores para o suporte de agricultura irrigada (familiar ou não), de projetos de

aquicultura (para peixes, camarão, etc.), e de tantos outros projetos possíveis, incluindo fontes de geração de energia através de biodiesel e álcool.

Resolvida a deficiência hídrica, o nordeste brasileiro tornar-se-á uma região de certa forma privilegiada e estratégica para o Brasil, considerando a quantidade e qualidade das terras agricultáveis e sem restrições de foto-período, a disponibilidade de mão-de-obra e a maior proximidade dos grandes centros consumidores do hemisfério norte. Além de tudo isso, pode-se considerar como o mais importante, o direito inalienável do sertanejo se fixar no seu próprio território.

O Brasil sempre foi muitos brasis e ultimamente esse conceito parece descambar para o egoísmo regional arrefecendo o conceito de nação e o exemplo não está apenas na "guerra" deflagrada com subsídios para atrair indústrias. Fala-se em royalties pelo uso de águas que "já moveram moinhos" e flui a milhares de quilômetros a jusante. Mais hoje, mais amanhã, falar-se-á nos royalties da "dávila de São Pedro", já que as frentes frias que nos trazem chuva vêm com frequência da Argentina, teríamos de pagar por isso ao governo portenho.

A transposição de águas para o nordeste brasileiro é uma necessidade inadiável e sendo as do São Francisco inapropriadas por razões econômicas ou de outra ordem, que se transponha águas do Tocantins ou de outro rio, a despeito dos custos financeiros e ambientais ainda maiores. Nesses mais de 180 anos de Brasil, outras regiões brasileiras capitalizaram a grande maioria dos investimentos do país, seja em infra-estrutura, seja em aspectos sociais e sócio-econômicos e por essa razão, não podemos mais agir com tamanho egoísmo.

A transposição de águas para o nordeste brasileiro é, sobretudo, a transposição de uma cidadania que tem sido muito mais destes do que daqueles. Do contrário, os nordestinos terão que doar Calabar, afinal ele lutou para que territórios nordestinos continuassem sob a tutela dos holandeses. Em um extremo, se realmente o nordeste não interessa ao povo brasileiro, poderíamos vendê-lo ou doá-lo para outra nação, acompanhado de um sonoro pedido de desculpas aos nordestinos e aos holandeses.

**Pedro Angelo Almeida Abreu - Doutor em Ciências Naturais
Deptº de Ciências Básicas/CA - FAFEID**